

RELATÓRIO E CONTAS 2009

Pensões gere
Millenniumbcp Fortis
GRUPO SEGUADOR

ÍNDICE

1. ORGÃOS SOCIAIS.....	3
2. AUDITORES EXTERNOS	3
3. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	4
4. SÍNTESE DOS INDICADORES DE GESTÃO	4
5. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2009.....	5
6. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
6.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	6
6.2. EVOLUÇÃO DO MERCADO	12
6.3. ACTIVIDADE DA PENSÕESGERE	14
6.3.1. LINHAS GERAIS DE EVOLUÇÃO	14
6.3.2. GESTÃO DE PLANOS DE BENEFÍCIOS PARA EMPRESAS	15
6.3.3. PLANOS DE POUPANÇA REFORMA	17
6.4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA	19
6.5. CORPORATE GOVERNANCE	19
6.6. PERSPECTIVAS PARA 2010	26
6.6.PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	26
7. BALANÇO E CONTAS	28

1. ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete
Vice-Presidente	Maria Manuela Machado Costa Farelo Athaíde Marques
Secretário	João José Carvalho Pereira Pascoal

Conselho de Administração

Presidente	Bart Karel August De Smet
Vice-Presidente	Nelson Ricardo Bessa Machado
Vogal	Stefan Georges Leon Braekeveldt
Vogal	Martin Nanno Kok
Vogal	Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino
Vogal	Jan Adriaan de Pooter
Vogal	Michel Edmond Joseph Ghislain Baise
Vogal	Fernando Manuel Nobre de Carvalho

Conselho Fiscal

Presidente	José Ricardo Gonçalves Monteiro
Vogal	Carlos Alberto Correia Diogo
Vogal	José Mário Fernandes Ventura
Vogal Suplente	Belmira Abreu Cabral

Revisor Oficial de Contas (ROC)

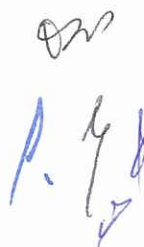
Efectivo	KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Representado por: Ana Cristina Soares Valente Dourado
Suplente	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

Conselho de Auditoria

Presidente	Nelson Ricardo Bessa Machado
Vogal	Martin Nanno Kok
Vogal	Stefan Georges Leon Braekeveldt

2. AUDITOR EXTERNO

KPMG



3. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

A Pensões gere, no âmbito da sua actividade de gestão de benefícios de reforma, tem por missão estudar, analisar e propor às Empresas soluções flexíveis e com valor acrescentado de forma a contribuir para melhorar a protecção e a fidelização dos seus Colaboradores.

A consolidação da posição de liderança no mercado de fundos de pensões é objectivo que continuaremos a prosseguir, bem como o da oportunidade e qualidade dos nossos serviços.

A Pensões gere dedica redobrada atenção à evolução do mercado com a finalidade de melhor adequar a sua proposta de valor às necessidades dos seus Clientes.

4. SÍNTESE DOS INDICADORES DE GESTÃO

Fundos de Pensões	2007	2008	2009
Valor dos Activos sob Gestão (milhões de euro)	7.428,06	6.898,21	7.092,64
Fundos de Pensões Fechados (milhões de euro)	7.274,88	6.760,58	6.960,87
Fundos de Pensões Abertos (milhões de euro)	85,70	85,52	82,54
Fundos PPR (milhões de euro)	67,47	52,11	49,23
Taxas de Rendibilidade dos Fundos Pensões			
Fechados	4,03%	-12,44%	9,15%
Aberto Horizonte Segurança	1,03%	0,98%	4,61%
Aberto Horizonte Valorização	0,72%	-11,00%	9,71%
Aberto Horizonte Valorização Mais	0,41%	-14,74%	14,54%
Aberto Turismo Pensões	1,09%	-9,10%	11,10%
PPR Praemium V	-0,40%	-11,92%	8,26%
PPR Praemium S	0,36%	-6,33%	4,11%
Vanguarda PPR	-0,54%	-8,08%	6,71%
PPR Europa	-0,35%	0,25%	10,56%
PPR BNU/Vanguarda	-0,11%	-9,80%	5,25%
Taxa de Inflação Média (*)	2,5%	2,6%	-0,8%

(*) Fonte: INE

Sociedade Gestora	2007	2008	2009
Prestação de Serviços (milhares de euro)	12.969,30	12.003,08	11.673,02
Resultados Líquidos (milhares de euro)	5.841,92	4.313,91	4.807,68
Capitais Próprios (milhares de euro)	14.990,60	16.504,51	17.012,19

5. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2009

- Manutenção da posição de liderança do mercado de fundos de pensões com uma quota de mercado de 32,5%;
- Activos sob gestão no valor de 7 092,6 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 2,8% face a 2008;
- Os Fundos de Pensões geridos pela Pensõesgere apresentaram em 2009 boas performances financeiras, tanto em termos absolutos como em termos relativos;
- Manutenção da oferta de fundos de pensões abertos com três perfis de risco alternativos;
- Consolidação do site da Pensõesgere como instrumento de comunicação com os seus Clientes, tanto com as empresas como com os seus colaboradores;
- Realização com sucesso o processo de reverificação "GIPS Compliant" (Global Investment Performance Standards);
- Realização do primeiro inquérito global à satisfação dos Clientes, o qual serviu de ponto de partida para a monitorização continuada da satisfação dos Clientes e para o lançamento de projectos de melhoria de qualidade;
- Obtenção de um Resultado Líquido de 4 807 675,84 milhares de euros, a que corresponde a um ROE médio de 28,7%.

Ans
P. 96

6. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

6.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Avaliação Global

A economia mundial atravessou nos últimos 2 anos um dos períodos mais conturbados desde a Grande Depressão dos anos 30, com consequências devastadoras na actividade produtiva e no emprego. Decorrente das políticas públicas de suporte à actividade económica e aos sistemas financeiros, ao longo do segundo semestre de 2009 surgiram os primeiros indícios de estabilização da actividade económica. Porém, devido à extensão dos danos causados anteriormente, esta recuperação poderá ser insuficiente para evitar o registo da primeira recessão económica mundial de há várias décadas.

Apesar de mais positivo, o cenário para a economia mundial em 2010 ainda encerra vários desafios. A transição do apoio das políticas públicas para o suporte do sector privado está sujeita a riscos. A solidez das finanças públicas, como elemento fundamental de confiança no Estado, e o compromisso de estabilidade de preços a prazo, crucial para as decisões de investimento, representam limites naturais a novos estímulos. Por outro lado, a alteração na preferência das famílias e na estratégia das empresas, com uma orientação marcadamente mais conservadora, deixa antever um processo de retoma mais lento do que noutros períodos de inversão do ciclo económico. Também, não é despicienda a incerteza com a oportunidade, forma e reacção à provável remoção das medidas de estímulo à actividade.

A economia portuguesa foi igualmente afectada pela crise global. Estima-se uma queda do produto interno bruto de cerca de 3% em termos reais em 2009 e, para 2010, projecta-se uma expansão muito limitada. As necessidades elevadas de financiamento a par com problemas crónicos de competitividade perduram como factores de risco relevantes.



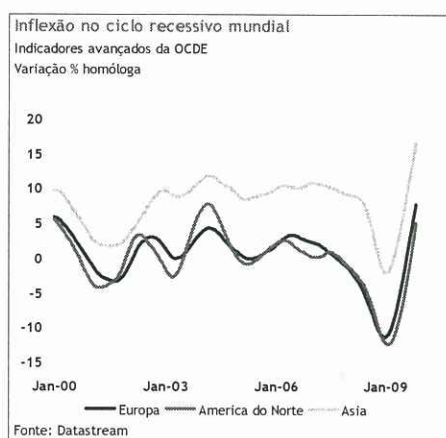
Pese embora alguma recuperação no clima de confiança, o funcionamento regular dos mercados financeiros foi apenas parcialmente repostado, designadamente nos mercados interbancários, e o ciclo do crédito não se perfila favorável, decorrente dos fracos volumes de negócio e da deterioração na qualidade do crédito. Este enquadramento exigente para as instituições financeiras portuguesas, a par com uma posição globalmente deficitária nos mercados de capitais internacionais, impõe uma avaliação rigorosa dos riscos de liquidez e da utilização do capital, compele à persecução de ganhos de eficiência, e enfatiza a defesa de resultados, fundamental para o reforço da solvabilidade das instituições.

Em virtude do aparente sucesso das políticas públicas em evitar a derrocada económica e social que começava a materializar-se, os indicadores económicos mais recentes sinalizam uma inflexão no ciclo recessivo mundial. As políticas de incentivo à despesa permitiram o escoamento das existências acumuladas, com repercussão evidente na reanimação da actividade produtiva e no comércio mundial.

Inflexão no ciclo recessivo mundial

Indicadores avançados da OCDE

Variação % homóloga



Retoma económica diferenciada em função do impacto da crise na condição financeira dos países

Esta alteração no curso da actividade tem conduzido à revisão dos cenários de crescimento económico para 2010 em sentido positivo. Em contrapartida

020
P. 7 d

acrescentou pesados encargos às finanças públicas. A confrontação com os limites razoáveis das políticas públicas sugere que a sustentação da retoma económica dependerá da capacidade da iniciativa privada em assumir-se como principal impulsionador do crescimento, fenómeno que se apresenta mais provável nos países onde a condição financeira das famílias e das empresas revela maior solidez.

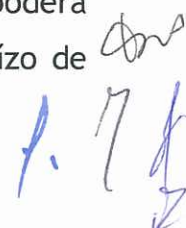
As economias europeias foram particularmente afectadas nesta recessão mundial. São vários os países e instituições financeiras que, devido à prossecução de modelos de desenvolvimento e de negócio apartados dos fundamentais económicos, atravessam actualmente um período penoso de ajustamento.

Riscos ainda relevantes para a materialização dos cenários de crescimento

A fase mais pungente da crise parece ter passado, mas persistem riscos relevantes para o futuro próximo. De entre estes destaca-se um retrocesso da actividade económica, pela deficiente transição do impulso público para a iniciativa privada e pelo esgotamento dos efeitos temporários em acção. Este risco é superior nos países com níveis de endividamento mais elevados, com menor autonomia da procura interna e com maior vulnerabilidade às condições financeiras externas, factores que tendem a actuar, e a reforçar-se, em simultâneo.

Num sentido diferente, o dinamismo das economias emergentes, algumas com insuficiências relevantes em termos de acesso a recursos naturais, poderá renovar as tensões sobre os mercados de matérias primas e, por conseguinte, interferir nos processos de recuperação de países que se encontrem mais atrasados no ciclo económico, designadamente naqueles com maior dependência de recursos primários do exterior.

Por último, as dificuldades económicas, financeiras e sociais presentes na generalidade dos países constituem um terreno fértil para o exacerbar de comportamentos proteccionistas, apesar da oposição institucional em sede de G20. Num cenário de fraco crescimento e de pressão social latente não se poderá ignorar o risco de práticas de protecção dos constituintes locais em prejuízo de



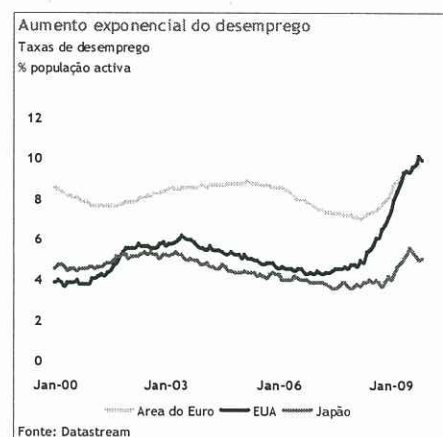
processos de abertura comercial e da ajuda a países financeiramente mais debilitados.

Redução do risco deflacionista, mas pressões inflacionistas ainda moderadas

A taxa de inflação nas principais economias encontra-se em valores historicamente baixos devido à conjunção de efeitos estatísticos de base, relacionados com o comportamento do preço dos combustíveis e com a disponibilidade de recursos produtivos. Os níveis de utilização de capacidade instalada, apesar de terem evidenciado alguma recuperação nos últimos meses, continuam deprimidos. As taxas de desemprego subiram expressivamente na generalidade dos países, não obstante as medidas públicas de defesa e de incentivo ao emprego.

Aumento exponencial do desemprego

Taxas de desemprego
% população activa



Por estes motivos, as pressões subjacentes sobre os preços deverão permanecer moderadas.

Portugal menos afectado pela crise, mas com potencial de recuperação limitado

A economia portuguesa foi afectada pela crise global, estimando-se uma queda do produto interno bruto de cerca de 3% em termos reais em 2009, decorrente da contracção da despesa em investimento, privado e público, e das exportações.

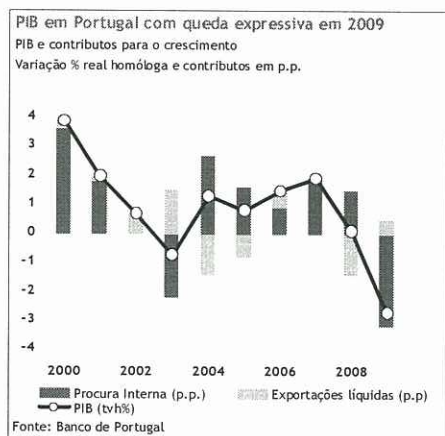
Handwritten signature and initials in blue ink.

Para 2010, no pressuposto de evolução económica mais favorável para os principais parceiros comerciais, projecta-se uma expansão muito moderada do produto. O crescimento potencial afigura-se condicionado, na ausência de reformas estruturantes de impacto relativamente célere.

PIB em Portugal com queda expressiva em 2009

PIB e contributos para o crescimento

Variação % real homóloga e contributos em p.p.



O consumo privado abrandou significativamente mas a redução das taxas de juro para níveis anormalmente baixos e o processo desinflationista intenso contribuíram para mitigar o impacto da quebra de emprego nas finanças familiares. Não obstante, as restrições orçamentais, efectivas ou esperadas, manifestaram-se na alteração da preferência dos consumidores, mais selectivos na realização de despesa, designadamente nas aquisições de maior valor. A taxa de desemprego subiu para perto de 10%, um dos valores mais elevados do passado recente, a par com um aumento do desemprego estrutural. Os níveis mais elevados do desemprego verificam-se nos estratos da população com níveis de qualificação mais baixos e nos jovens à procura de primeiro emprego, reflexo da reduzida flexibilidade que prevalece no mercado de trabalho. A taxa de inflação em 2009 foi negativa (-0.8%), a menor variação anual dos preços desde a década de 60. A decomposição da inflação revela a influência do preço da energia neste processo. Para 2010, projecta-se um comportamento menos positivo deste agregado muito embora o efeito final deva ser mitigado pela evolução moderada dos preços de outros itens.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Clima de confiança prejudicado pelo desemprego Índice de confiança das famílias e taxa de desemprego Em valor-índice e em % da população activa



A redução intensa da procura interna reflectiu-se numa retracção pronunciada das importações, razão pela qual, não obstante o enquadramento muito adverso nos principais mercados de destino dos produtos e serviços portugueses, o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi positivo em 2009. A ligeira recuperação da poupança privada, conjugada com termos de troca mais favoráveis, quando comparado com o ano de 2008, proporcionou uma redução do défice externo. Porém, este mantém valores muito elevados e evidencia elementos de alguma rigidez, decorrente do défice energético e da acumulação do endividamento nos últimos anos. Nestes factores, não se perfilam alterações favoráveis em 2010. Deste modo, a mera redução do défice comercial (excluindo bens energéticos) poderá revelar-se insuficiente para se conseguir um maior equilíbrio das contas externas. Impõe-se o passo suplementar de evoluir para uma situação excedentária nas rubricas não energéticas, mas tal, decerto, exigiria uma profunda alteração dos hábitos de despesa (consumo e investimento) que prevaleceram nos últimos anos, para além da desejada redução dos custos relativos.

A intervenção do Estado, em sintonia com os programas comunitários e ditada pelo curso da actividade económica, deixa um legado de finanças públicas debilitadas que limita as opções de política económica para os próximos anos. Uma vez que a reposição de valores mais baixos para o défice público dificilmente será conseguida com o efeito cíclico em reverso e tendo em conta a orientação do

ORA
1. 4 d

governo para investimento público de infra-estruturas será provável que seja necessário a adopção de medidas compensatórias noutras rubricas, por via de revisão de parâmetros fiscais, dos critérios para a atribuição de subsídios, para além de novo empenho em medidas de racionalização das despesas de funcionamento e no combate à evasão fiscal.

6.2. EVOLUÇÃO DO MERCADO

No ano de 2009 o mercado de fundos de pensões ficou marcado pela recuperação verificada nos mercados financeiros, a qual permitiu absorver parte significativa dos resultados negativos registados em 2008. Os fundos de pensões, na sua generalidade, apresentaram valorizações acentuadas que representam os melhores resultados desde 1998.

O valor global dos activos passou para 21.852 milhões de €, evidenciando um crescimento de 7,7% face a 2008. No entanto, este valor é ainda cerca de 500 milhões € inferior ao valor de registado em 2007.

Em termos de legislação de enquadramento dos fundos de pensões não se registaram alterações com impacto significativo na actividade, tendo-se dado continuidade ao processo de regulamentação da actual legislação enquadrada pelo Decreto-Lei 12/2006.

Neste âmbito, merece referência a publicação da Norma Regulamentar 8/2009-R, de 4 de Junho, Mecanismos de governação no âmbito dos fundos de pensões - Gestão de riscos e controlo interno, que visa fomentar uma cultura de orientação para a gestão do risco em toda a estrutura organizacional das entidades gestoras de fundos de pensões, tendo-se instituído como funções chave nos seus sistemas de governação, nomeadamente a função de gestão de riscos, a função actuarial, a função de *compliance* e a função de auditoria interna.

A regulamentação estabelecida na Norma Regulamentar 8/2009-R passa a ser de cumprimento obrigatório apenas em 31 de Dezembro de 2010, no entanto, as

ow
7.17.1

entidades gestoras tiveram que apresentar, até ao final de Setembro de 2009, um plano de implementação detalhado, identificando o calendário das actividades a desenvolver para a implementação dos requisitos desta Norma. Neste âmbito foi ainda constituído um grupo de trabalho multidisciplinar com o objectivo de preparar as orientações técnicas para a implementação e desenvolvimento dos sistemas de gestão de risco e controlo interno.

Na sequência da publicação do Decreto-lei 125/2009, de 22 de Maio, que tem como objectivos o reforço da concorrência, da transparência e da comparabilidade no mercado de Plano de Poupança Reforma (PPR), foi ainda publicada a Norma 11/2009-R, de 30 de Junho, com objectivo de adaptar a regulamentação do Instituto de Seguros de Portugal às alterações introduzidas no regime legal dos PPR.

Em 16 de Setembro de 2009, foi publicado pela Assembleia da República a Lei 110/2009, Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, que, através da revogação de mais de quatro dezenas de peças legislativas, cria um novo quadro uniforme e coerente de enquadramento de todos os regimes contributivos da segurança social.

O novo Código Contributivo, ao alargar a base de incidência de contribuições para a segurança social à generalidade das formas de remunerações, com excepção para as contribuições para fundos de pensões e outros regimes complementares de reforma (desde que não sejam objecto de antecipação da disponibilidade), constituiu-se como um estímulo indirecto para reforçar a procura de fundos de pensões, no entanto, a aprovação pela oposição da suspensão por um ano da sua entrada em vigor adiou, pelo menos por mais um ano, esta janela de oportunidade para o mercado de fundos de pensões.

02/09

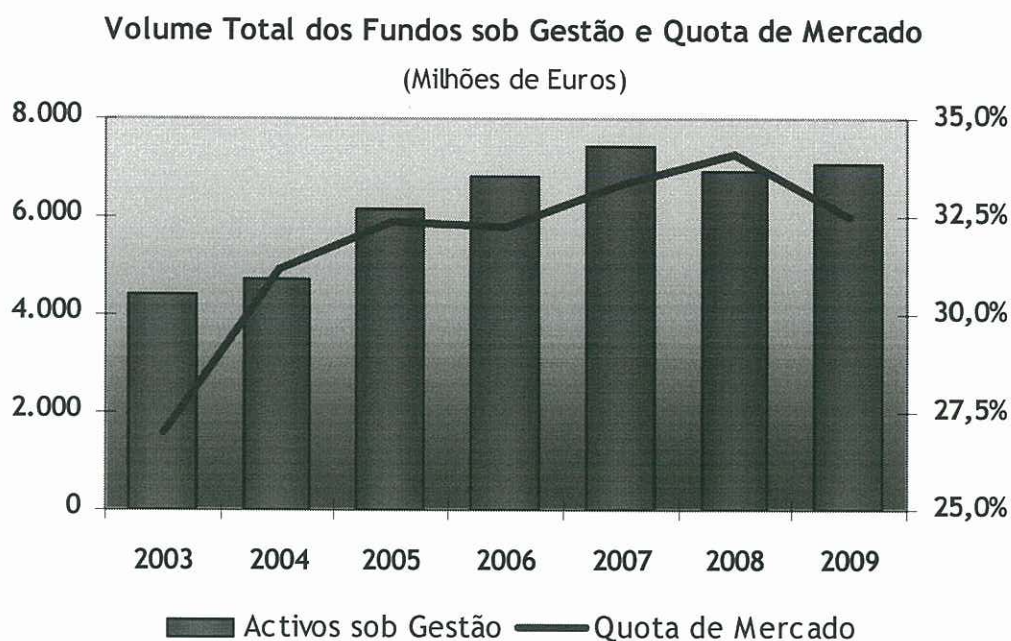
1.7.9

6.3. ACTIVIDADE DA PENSÕESGERE

6.3.1. Linhas Gerais de evolução

A Millenniumbcp Fortis opera no mercado de fundos de pensões através da sociedade gestora PENSÕESGERE, baseando a sua actividade na qualidade da informação prestada, no acompanhamento permanente e na resposta atempada às solicitações dos seus Clientes, tendo, em 2009, mantido a sua posição de liderança com 32,5% de quota de mercado.

Em resultado da sua actuação, a Pensõesgere demonstrou em 2009 um desempenho positivo ao atingir 7.093 milhões de euros em activos sob gestão, que representa um crescimento de 2,8%, o qual compara com um decréscimo de 7,1% verificado em 2008.



Numa filosofia integrada de aproveitamento das sinergias do Grupo, a Pensõesgere manteve o relacionamento com as redes bancárias de empresas do Millennium bcp - Corporate e Empresas - através de acções concertadas de promoção de negócios na área de "Employee Benefits".

Handwritten signature

No decorrer do exercício em análise, foram reforçadas várias iniciativas para o desenvolvimento das ferramentas informáticas específicas da Pensões gere com o objectivo de melhorar a produtividade e qualidade do trabalho, bem como para permitir responder à crescente quantidade de informação a fornecer aos Participantes e Beneficiários dos fundos de pensões. Durante o ano 2009, foram enviados por correio, para a generalidade dos Participantes dos fundos de pensões, extractos individuais com informação sobre a rendibilidade, nível de financiamento e o valor dos respectivos "direitos em formação".

Ne sequência de ter passado a ser certificada em 2008 como "GIPS Compliant" (Global Investment Performance Standards), foi realizado em 2009 um processo de reverificação de forma a assegurar esta classificação.

Durante o mês de Abril de 2009, realizou-se o primeiro inquérito global à satisfação dos Clientes, o qual permitiu ter uma noção mais clara sobre a forma como os interlocutores da Pensões gere nas empresas suas clientes percebem os serviços que lhes são prestados e quais são as suas expectativas. Este estudo inicial, mais do que permitir retirar uma medida quantitativa, permitiu estabelecer o ponto de partida para a monitorização continuada da satisfação dos Clientes e para o lançamento de projectos de melhoria de qualidade.

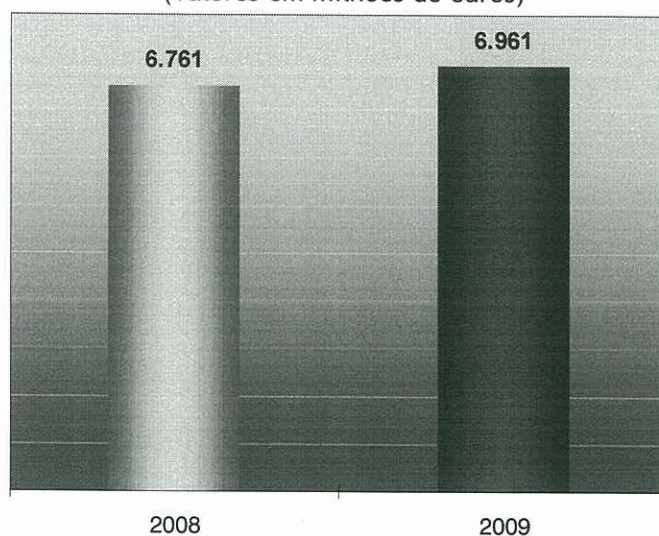
6.3.2. Gestão de Planos de Benefícios para empresas

No final de 2009, o volume total de activos geridos, repartidos por 31 fundos fechados, 4 fundos abertos e 5 fundos abertos PPR, atingiu 7 093 milhões de euros, traduzindo um aumento 193 milhões de euros face a 2008, o que representa um crescimento de 2,8%.

O total dos 38 fundos fechados totalizou 6 960,9 milhões de euros, a que correspondeu um aumento de 199,5 milhões de euros face a 2008.

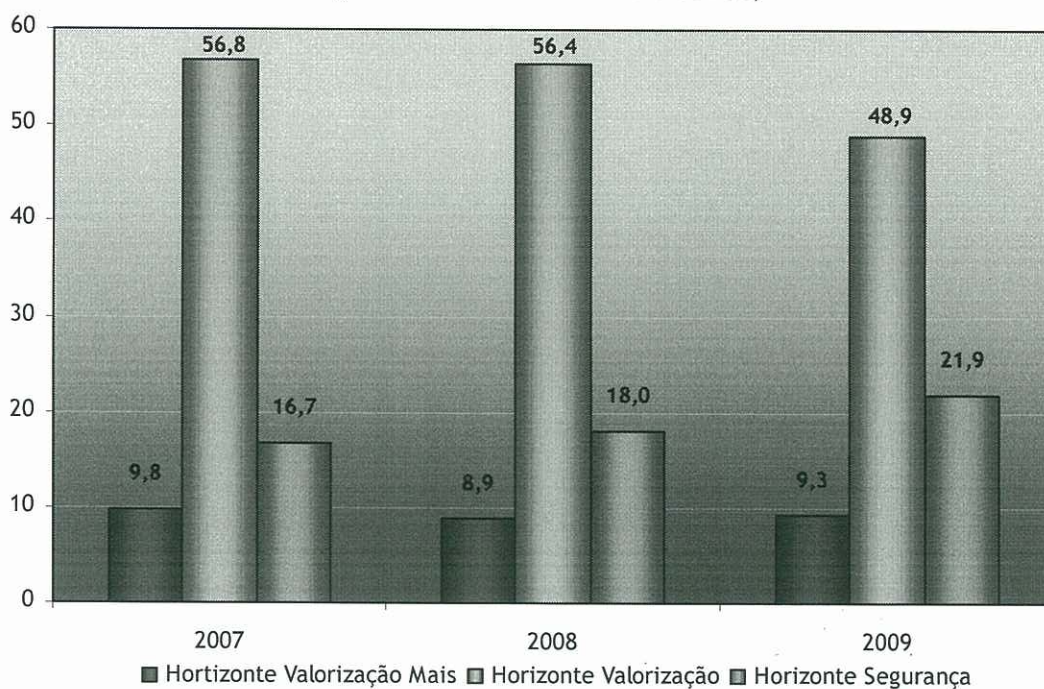
022
1.7.1

Carteira Global de fundos de Pensões Fechados (Valores em milhões de euros)



Quanto aos fundos abertos o volume de activos sob gestão situou-se em 83 milhões de euros o que, apesar da captação de alguns Clientes novos e das boas valorizações, representa uma redução de 5,5 milhões de euros face a 2008,.

Valor dos Fundos de Pensões Abertos Horizonte Valorização Mais, Horizonte Valorização e Horizonte Segurança (valores em milhões de euros)

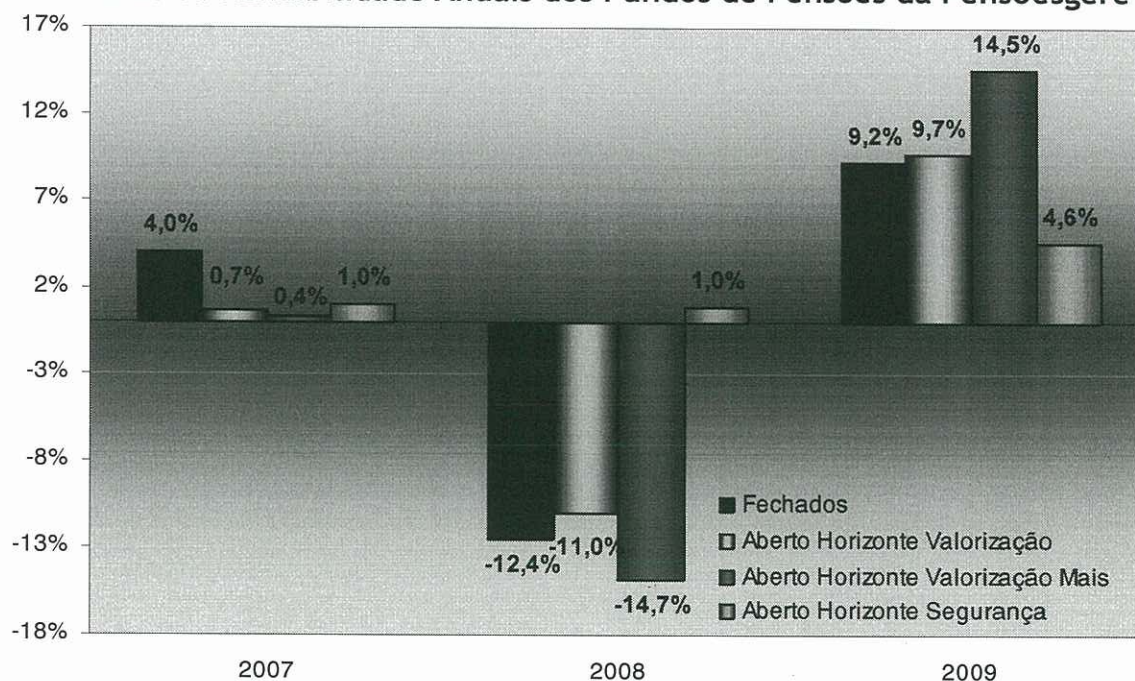


A Pensõesgere mantém a oferta dos fundos abertos com perfis de riscos diferenciados, permitindo aos Associados e aos seus Participantes a escolha

Handwritten signature

adequada ao financiamento dos seus planos de pensões, em função do prazo das responsabilidades.

Taxas de Rendibilidade Anuais dos Fundos de Pensões da Pensões gere



A forte recuperação verificada nos mercados financeiros, registada com particular incidência a partir do final do primeiro trimestre de 2009, permitiu que os fundos de Pensões registassem valores de performances muito interessantes tanto em termos absolutos como em termos relativos, quando comparados com os respectivos benchmarks.

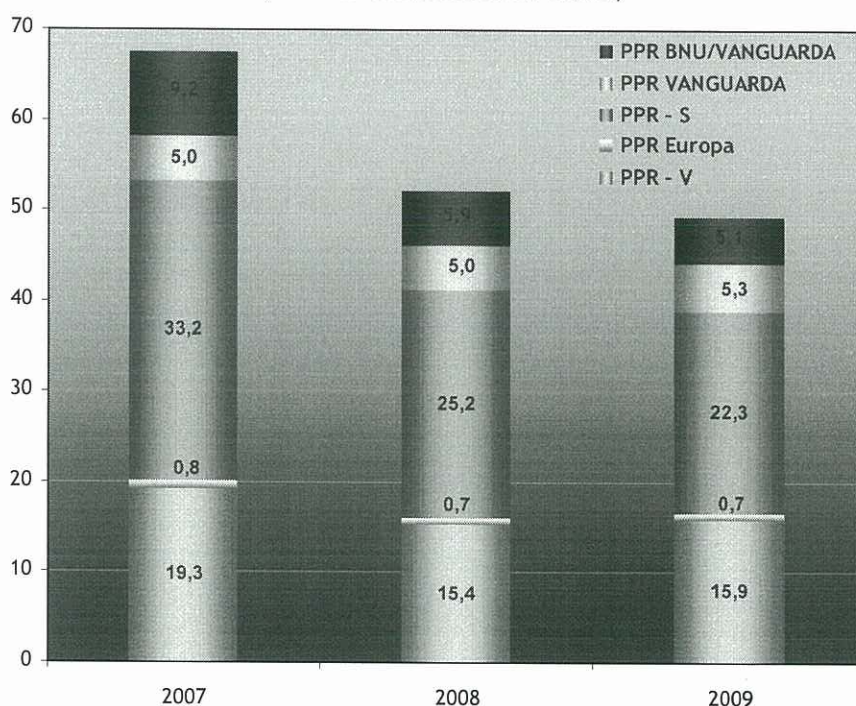
De acordo com a informação disponível, as taxas de rendibilidade da generalidade dos fundos geridos pela Pensões gere comparam também de forma positiva com as verificadas nos fundos de pensões dos restantes operadores do mercado, para classes de risco comparáveis.

6.3.3. Planos de Poupança Reforma

No que diz respeito aos fundos PPR, o valor sob gestão no final de 2009 atingiu 49,2 milhões de euros, valor inferior em 2,9 milhões de euros ao de 2008. Este decréscimo resulta do facto de uma parte significativa dos seus Clientes já reunirem as condições para o reembolso.

Handwritten signature and initials in blue ink.

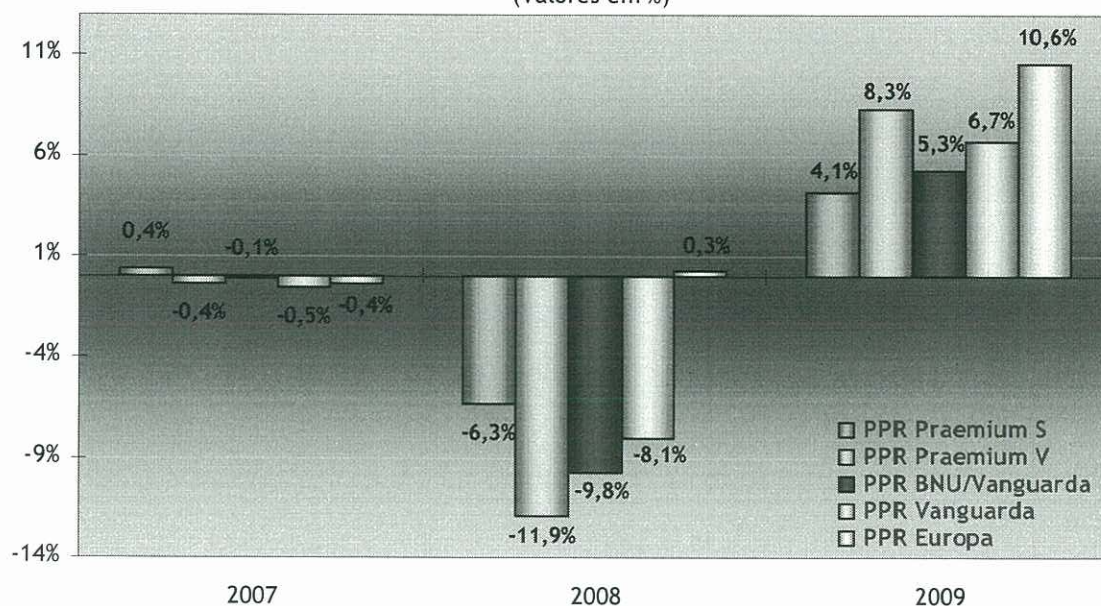
Carteira Global PPR (Valores em milhões de euros)



A Pensõesgere mantém uma oferta diversificada de PPR, que é composta pelos seguintes fundos: Præmium S, Præmium V, BNU Vanguarda, Vanguarda e Europa.

Os fundos BNU Vanguarda, Vanguarda e Europa apresentam um perfil de risco intermédio. O Præmium S não investe em acções, enquanto o Præmium V tem uma exposição a acções mais elevada.

Taxas de Rendibilidade Anuais dos PPR/E (Valores em %)



Handwritten signature and initials in blue ink.

6.4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços no valor de 11 673,0 milhares de euros registaram uma redução de 2,8% face a 2008, em resultado da diminuição de proveitos com a gestão de PPR e com as actividades de outras prestações de serviços.

Os custos operacionais com 6 302,9 milhares de euros apresentam uma redução de 1,1% em relação a 2008. A redução dos custos operacionais ficou a dever-se à redução de 10,3% dos custos com pessoal e de 26,0% dos impostos e só não foi mais expressiva devido aos custos com fornecimentos e serviços externos, decorrente fundamentalmente da gestão de activos, que aumentaram 8,6%.

Os resultados líquidos do exercício situaram-se em 4 807,7 milhares de euros, valor que compara com 4 313,9 milhares de euros em 2008, representando um crescimento de 11,5%.

A rentabilidade média dos capitais continuou a apresentar um valor interessante com um nível de rentabilidade média de 28,7%, que traduz um incremento de 1,3% face ao valor registado em 2008.

Os capitais próprios totalizaram, em 31 de Dezembro de 2009, 17 012,2 milhares de euros e a margem de solvência apresentou um nível de cobertura de 219%.

6.5. CORPORATE GOVERNANCE

A Millenniumbcp Fortis é um Grupo segurador detido pela Fortis e pelo Millennium bcp. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador. A Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. é uma subsidiária detida a 100% pela Millenniumbcp Fortis.

Y. 7

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

À Assembleia Geral, além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem como os respectivos esquemas de Segurança Social e de outras prestações complementares.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

Administração e Fiscalização

A estrutura de administração e de fiscalização adoptada inclui um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, um Conselho Fiscal e de um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um máximo de oito membros, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respectivos Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada três meses.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Dr. Bart Karel August De Smet), um Vice-Presidente (Dr. Nelson Ricardo Bessa Machado) e por cinco Vogais (Dr. Stefan Georges Leon Braekeveldt,

Dr. Martin Nanno Kok, Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, Dr. Jan Adriaan de Pooter, Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho).

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua actuação nos limites da delegação, e modo de funcionamento fixados em deliberação do Conselho de Administração. Os estatutos prevêm as matérias que o Conselho de Administração não pode delegar.

Actualmente, a Comissão Executiva é composta pelos administradores, Senhores Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, que exerce o cargo de Presidente (CEO), Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy CEO*), Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho.

Por deliberação do Conselho de Administração a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é actualmente a seguinte:

Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino (CEO) - relações institucionais (autoridades de supervisão e APS), área de Apoio Corporativo, área Jurídica, área de *Compliance*, área de Auditoria Interna e Pensõesgere.

Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy CEO*) - Médis, área de Organização & IT, *Back-office* dos ramos Não Vida, Plataformas técnicas dos ramos Não Vida e *Back-office* do ramo Vida (Plataforma Vida).

Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) - área de Planeamento e Controlo, área de *Risk Management*, área de Investimentos, área Financeira, área de Actuariado, área de Resseguro.

Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho - áreas Comerciais (*bancassurance*, Médis e o canal "SME - Agentes & Brokers"), áreas de Suporte à Venda e *Marketing*.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente, que são eleitos, pelo período de três anos, pela Assembleia Geral que também designa o respectivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

A fiscalização dos órgãos sociais poderá igualmente ser exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão.

Os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único, sempre que o julgarem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

Conselho de Auditoria

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal ou do Fiscal Único, a Assembleia Geral, nos termos do contrato de sociedade, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da sociedade e assistir o Conselho de Administração no que respeita em geral, a funções de controlo interno.

O Conselho de Auditoria é composto por três membros não executivos do Conselho de Administração, um dos quais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração, que assumirá as funções de presidente do Conselho de Auditoria.

Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respectivo suplente, com as competências previstas na lei, os quais não poderão ser membros do Conselho de Administração.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Remunerações

As remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem assim os esquemas de Segurança Social e outras prestações complementares são fixados pela Assembleia Geral.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos membros daqueles órgãos para essa mesma *performance*. Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respectiva evolução, decorrem do grau de realização dos objectivos considerados no *Business Plan* que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.

A decisão de atribuição da componente variável depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, de factores relacionados com a solidez financeira da própria empresa, como sejam os níveis de solvência e de *rating*, e a própria envolvente económica e competitiva. Não está prevista a existência de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções. O pagamento da componente variável da remuneração tem lugar após o apuramento das contas de cada exercício económico.

Em 2009, a Pensões gere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. não pagou qualquer montante de remuneração aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Processo de Decisão Empresarial

No quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela Assembleia

ObA
A. 7 d

Geral ou designadas pelo Conselho de Administração, coadjuvam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações.

Comité de Risco

Tem por função apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à actividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela Comissão Executiva e estabelecidos nos respectivos termos de referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva em função de alterações dos requisitos regulamentares ou de princípios de gestão de risco.

Chief Investment Officer

Tem por função maximizar o retorno dos investimentos no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de activos (ALM). É ainda responsável pela selecção dos activos que são objecto de investimento, além de fornecer informação aos níveis local e do Grupo.

Compliance Officer

Tem por função estimular, monitorar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, consequentemente, para a reputação da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador.

No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que as Companhias e os seus Colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos.

ABW
P. 7
12

Faz igualmente parte da missão do *Compliance Officer* desenvolver uma relação de confiança e compreensão com as autoridades de regulação e supervisão em matéria de *compliance*.

Millennium bcp Serviços, ACE (Servibanca)

O Millennium bcp, ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, optimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços.

REGRAS DE CONDUTA

Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões em particular, o Conselho de Administração aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no exercício das respectivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da actividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Procedimentos Internos para Controlo dos Riscos da Actividade

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados nessa função pelas unidades transversais que a nível do *corporate governance* contribuem para o processo de decisão empresarial.

6.6. PERSPECTIVAS PARA 2010

Num contexto macroeconómico em que se têm que conciliar dois objectivos antagónicos para as finanças publicas, por um lado apoiar a recuperação económica e prestar o apoio social, em consequência da recessão; por outro lado a redução do défice e da dívida publica, não é fácil perspectivar um ambiente muito favorável ao lançamento de medidas que possam estimular o surgimento de novos negócios. No entanto, a Pensõesgere dará particular atenção às oportunidades de negócio que surjam, nomeadamente as que resultem da esperada regulamentação, pelo Instituto de Seguros de Portugal, do financiamento dos planos benefícios de saúde após a data da reforma através do fundos de pensões.

Para atingir os objectivos traçados, para além da preocupação com a modernização das ferramentas informáticas, a Pensõesgere irá continuar a proporcionar aos seus Colaboradores acções de formação preparando a Empresa para responder aos desafios colocados pelo mercado.

6.7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido de impostos da Pensõesgere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. foi de Euros 4.807.675,84 (quatro milhões oitocentos e sete mil seiscentos e setenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos) considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do nº. 1 do artigo 376º. do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

- Euros 4. 807.675,84 (quatro milhões oitocentos e sete mil seiscentos e setenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos) para resultados transitados.



Lisboa, 19 de Fevereiro de 2010.

O Conselho de Administração

Bart Karel August De Smet



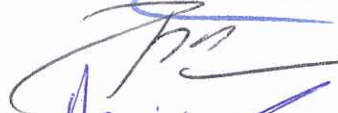
Nelson Ricardo Bessa Machado

Stefan Georges Leon Braekeveldt

Martin Nanno Kok



Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino



Jan Adriaan de Pooter



Michel Edmond Joseph Ghislain Baise

Fernando Manuel Nobre de Carvalho



7. BALANÇO E CONTAS

DM
P. 4 B₂